

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	7
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	9
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	11
10.5 - Políticas contábeis críticas	12
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	14
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	15
10.8 - Plano de Negócios	16
10.9 - Outros fatores com influência relevante	17

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Descrição dos principais riscos de mercado

Os produtos produzidos pela MIC-BR, TiO₂, Zircônia e Rutilo, são produtos que, uma vez transformados, são utilizados principalmente pelas indústrias da Construção Civil, Automotiva, Industrial, Plásticos e Máquinas & Equipamentos. Estes setores, historicamente, acompanham ou excedem a evolução do PIB do país. Portanto, são mercados sólidos e pouco voláteis com risco mínimo.

A MIC-BR não tem capacidade de produção suficiente para atender a demanda nacional e mantém uma participação nestes mercados de 30 a 40%, a depender do produto em questão. O restante da demanda dos mercados é abastecido por provedores Internacionais com produtos cujas importações sofrem com os riscos relativos à exposição cambial, ineficiências logísticas, etc.

Portanto, como único produtor nacional dos produtos aos quais se dedica, e os riscos de mercado são associados mais a fatores externos do que aos internos. A situação de excesso de estoques de produtos concorrentes na Europa, Ásia e Norte América, e a necessidade de nossos concorrentes em equilibrar seus fluxos de caixa, pode aumentar expressivamente a oferta de produto e, conseqüentemente, pressionar os preços para baixo. A conclusão é que a companhia sofre um risco moderado quer no que tange a volumes quer nos preços.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Política de Gerenciamento**

Dentro do cenário Industrial de médio risco em que atuamos no Brasil, a política de gerenciamento envolve ações de planejamento dos volumes alocados por conta-cliente e para um reposicionamento frente às oportunidades de exportação, buscando otimizar a colocação de volume ao melhor mix de preços possível. Este planejamento é desenvolvido com vários meses de antecedência de antecedência. Além disto, existe um pequeno número de clientes, líderes nos setores em que atuam e com consumo expressivo, ao quais dedicamos uma parcela de nossa produção dentro de um critério de "baseload" -alguns destes, inclusive, com contratos Internacionais com a Cristal, controladora majoritária da MIC-BR.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Alterações Significativas

Não há alterações significativas vivenciadas em história recente na comercialização de nossos produtos, incluindo aqui o ano de 2012. Os ciclos econômicos, incluindo os eventuais cenários de crise como o de 2008/2009, tem os seus efeitos plenamente conhecidos e, sendo assim, bastante previsíveis. Ainda sobre o cenário ao final de 2008, quando houve o ajuste dramático nos estoques das cadeias produtivas às quais servimos, o impacto negativo sobre as vendas da MIC-BR se restringiu a poucos meses. Este fato reforça o conceito mencionado de mercado, pois mesmo sob condições econômicas extremamente adversas, observamos interesse e ações de Governo na defesa dos mercados e empregos das Indústrias a jusante, traduzidos por estímulos especiais (crédito, exoneração fiscal, etc...). Em suma, nos casos de desafios relativos à conjuntura global, aperto de caixa e contração da demanda, a reação da companhia à tais situações tem sido satisfatória.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Todas as informações relevantes já foram divulgadas nas notas anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Cenário Econômico

A economia brasileira, no ano de 2012, apresentou um crescimento relativo quando comparado com a economia global, no entanto, apresentou uma desaceleração quando comparado com o ano de 2011. Medidas do governo como redução da taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio além de medidas de redução de impostos para estímulo a economia, não foram suficientes para garantir um crescimento efetivo.

O desempenho da Planta da Bahia em 2012 foi inferior ao de 2011, já que ocorreu significativa redução das vendas no primeiro semestre de 2012 e, na sequência, uma significativa redução de preços no segundo semestre do ano. Adicionalmente, os custos de produção de 2012 foram afetados pelo aumento de preços de matérias-primas além de aumentos nos índices inflacionários apurados no período.

Desempenho da Companhia

A produção de Dióxido de Titânio da Companhia em 2012 foi 16,0% menor quando comparada com a de 2011. Esta redução do volume de produção deve-se a diminuição da demanda por produto, além de um período de redução do suprimento de ácido sulfúrico, matéria-prima vital na produção de Dióxido de Titânio. Esta retração deve-se também à redução da atividade econômica em geral, além de perdas de vendas causadas pelo aumento na agressividade da oferta de produtos importados, cujos preços descolaram da realidade e evolução dos custos no cenário global.

O custo de produção unitário foi 35,5% maior que em 2011. Este aumento deve-se principalmente ao aumento de preço da Escória de Titânio, matéria-prima importada utilizada na fabricação do TiO_2 . O aumento no preço de matérias-primas de tarifas reguladas, como Eletricidade e Gás Natural e aumento de preço de matérias-primas cotadas em dólar também influenciaram o aumento dos custos.

O custo de produção também sofreu impacto devido ao aumento de preço de contratos de prestação de serviços e o reajuste da folha de pagamento. Adicionalmente a redução do volume produzido contribuiu para um impacto maior dos seus custos fixos no custo total dos produtos acabados.

As vendas de dióxido de titânio da Companhia em 2012 foram reduzidas em 3,7% em relação ao volume vendido em 2011. No primeiro semestre de 2012 a demanda geral por pigmentos foi de moderada a baixa, porém, o impacto deste comportamento no faturamento foi minimizado pelo ritmo acelerado de elevação dos preços do Dióxido de Titânio tanto no mercado Brasileiro como no internacional. Na segunda metade do ano a expectativa de elevados níveis de estoque a nível mundial se confirmou, refletindo os efeitos da queda significativa de demanda em mercados importantes como os da Europa e da Ásia, aliada aos respectivos ajustes de estoques globais. O resultado deste cenário foi a drástica reversão na tendência de preços que passaram a apresentar um movimento de queda acentuada durante todo o segundo semestre. No entanto, o volume de vendas apresentou ligeira recuperação no período, seguindo a sazonalidade característica de nossos mercados de atuação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No quarto trimestre percebemos mais acentuadamente o reflexo da deterioração do ambiente econômico na zona do Euro. No Brasil, notamos um esfriamento da demanda e novos ajustes de inventário em toda a cadeia, quer de matérias-primas como de produtos acabados. Como resultado, o volume vendido no último trimestre do ano ficou aquém de nossas projeções.

As exportações da Companhia diminuíram 20,7% em volume no ano de 2012 em relação ao período anterior. Para explicar o delta acentuado nas exportações é relevante recordar que há alguns anos tomamos a decisão estratégica de reduzir a oferta ao mercado externo visando sustentar o crescimento continuado do mercado interno. Porém, em 2011 encontramos uma melhor atratividade e retorno na exportação e expandimos nossa participação no mercado externo de forma ampliada e oportunista. Estas condições e respectivos fundamentos de 2011 não se repetiram em 2012 e, além disto, observamos uma forte deterioração no ambiente de crédito na região, principalmente na Argentina e Venezuela. Desta forma, sem rentabilidade adequada e alto risco creditício, optamos por reduzir fortemente nossa oferta ao exterior.

Em 2012, os valores médios de venda do dióxido de titânio aumentam 8,0% em dólares americanos. Em reais, no entanto, os valores médios de venda por tonelada sofreram incremento de 26,1%, devido principalmente à desvalorização do real frente ao dólar norte-americano.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Resultado do Exercício**

A receita líquida em 2012 da controladora aumentou 20,8% (18,3% consolidado) em relação à receita líquida do exercício anterior devido principalmente ao aumento do preço médio de venda por tonelada em moeda local do pigmento que foi de 26,1% enquanto que no setor de mineração houve ainda um aumento de 42,5% no preço médio da Zirconita, quando comparados com os preços médios do ano de 2011. Por outro lado, conforme mencionado anteriormente, a companhia reduziu o volume de vendas de dióxido de titânio em 3,7% e reduziu o volume de vendas de Zirconita em 27,4% quando comparado com o do ano de 2011.

Os custos de produção por tonelada de pigmento, em moeda corrente, foram 35,5% superiores aos do exercício anterior, resultado do aumento de preço de matérias-primas como a Escória de Titânio, algumas com tarifas reguladas como Eletricidade e Gás Natural, matérias-primas cotadas em dólar, além de aumento no preço dos contratos de prestação de serviços e reajuste na folha de pagamento.

O aumento significativo dos custos de produção ao longo de 2012 adicionado à redução dos preços de venda ocorridos no segundo semestre do ano, levou a Companhia a apurar margens negativas no último trimestre de 2012. Com isso foi necessária a constituição de provisão de *Impairment* dos Estoques totalizando R\$ 4.886 mil.

A alteração dos critérios utilizados para a determinação da vida útil estimada e para cálculo da depreciação atendendo a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, levou a Companhia a reconhecer em 2010 o valor de R\$ 17.625 mil referente à aceleração da depreciação dos itens do seu ativo imobilizado, de acordo com a utilização das taxas de depreciação globalmente aceitas e aprovadas pelo grupo interno de engenharia de produção. Em 2012 a depreciação foi de R\$ 30.068 mil (R\$ 28.685 mil em 2011).

A Companhia apurou provisão de *Impairment* com base no seu valor justo para a sua Unidade de Ácido Sulfúrico, paralisada desde dezembro de 2008, em função de não haver perspectivas de reativação. O efeito dessa provisão gerou uma despesa de R\$ 10.038 mil no resultado de 2010.

Em 2001, o Governo do Estado da Bahia instituiu o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, Lei nº 7.980, através do qual a Companhia recebeu incentivo de dilação do prazo de até 72 meses para pagamento do ICMS, o que exceder o montante de R\$ 736, gerado em razão de novos investimentos, com prazo de 12 anos para fruição do benefício. No ano de 2012, as parcelas dilatadas foram pagas antecipadamente e o respectivo desconto,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

no montante de R\$ 8.717, foi registrado como conta redutora da respectiva despesa de ICMS no resultado do exercício. Houve antecipações no montante de R\$ 2.174 no exercício de 2012.

A Companhia possui ainda, fundamentada no Laudo Constitutivo no. 0062/2008 de 20 de maio de 2008, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito à redução de imposto de renda sobre o lucro da exploração oriundo da fabricação de dióxido de titânio, considerando uma capacidade instalada de 70.000 t/ano. O prazo deste incentivo é de 10 anos, vigente até o ano calendário de 2017. O benefício foi concedido levando em consideração a modernização da planta da Companhia.

A apreciação da cotação do dólar norte-americano em relação ao real quando comparado dezembro de 2012 com dezembro de 2011, provocou um efeito negativo no endividamento constituído em moeda estrangeira, totalizando uma variação cambial negativa líquida de R\$ 3.884 mil em 2012.

Em virtude do exposto nos parágrafos acima, o resultado da Companhia, que em 2011 foi de lucro de R\$ 32.810 mil, passou a um lucro de R\$ 50.118 mil no ano de 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que determinados eventos tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados**

(a) Comentários sobre os efeitos relevantes que a introdução ou a alienação de segmento operacional tenha causado ou venha a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia e sua controlada possuem prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, cujos créditos tributários acumulados em 31 de dezembro de 2012 totalizam R\$ 41.420 (2011 – R\$ 37.296), no entanto, com base na Instrução CVM 371, mantém registrado o montante de R\$ 20.736 (2011 – R\$ 24.395) na controladora e de R\$ 33.501 no consolidado (2011 – R\$ 33.920), tendo em vista a expectativa de geração de lucros tributários futuros. A Administração vem monitorando a evolução desses créditos e com base no estudo técnico de viabilidade espera recuperar estes valores registrados contabilmente no prazo máximo de até dez anos.

(b) Comentários sobre os efeitos relevantes que a constituição, a aquisição ou a alienação de participação societária tenha causado ou venha a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

Não Há

(c) Comentários sobre os efeitos relevantes que eventos ou operações não usuais tenham causado ou venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

ICMS – Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia

(i) ICMS – Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE

Em 2001, o Governo do Estado da Bahia instituiu o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, Lei nº 7.980, através do qual a Companhia recebeu incentivo de dilação do prazo de até 72 meses para pagamento do ICMS, o que exceder o montante de R\$ 736, gerado em razão de novos investimentos, com prazo de 12 anos para fruição do benefício. Sobre o saldo devedor postergado incidem encargos financeiros equivalentes 85% da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP ao ano e, em caso de antecipação dos valores devidos, a Companhia poderá receber um desconto de até 80% do saldo do ICMS cujo prazo de pagamento foi dilatado. No ano de 2011, as parcelas dilatadas vincendas em 2012 foram pagas antecipadamente e o respectivo desconto, no montante de R\$ 8.717, foi registrado como conta redutora da respectiva despesa de ICMS no resultado do exercício. Não houve antecipações no exercício de 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**Impostos, taxas e contribuições--Continuação**

(a) ICMS – Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia -- Continuação

(ii) ICMS – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial – FAIN

O Estado da Paraíba, através do Decreto nº 17.252/1994 constituiu o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial - FAIN, que tem por finalidade a concessão de incentivos para investimento industrial no Estado. A controlada, através da Resolução 014/2001 se enquadrou no programa e hoje goza de redução de 50,63% do saldo a pagar de ICMS. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o valor deste incentivo foi de R\$ 4.842 (2011 – R\$ 3.823) e está contabilizado no resultado, como redutor da rubrica Impostos incidentes sobre vendas.

b) Parcelamento de tributos federais

A Companhia manifestou adesão ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, e em 2011 houve a consolidação dos valores estabelecendo as condições para o parcelamento de débitos tributários federais. Dentre essas condições destaca-se: i) o prazo de pagamento que pode se estender em até 180 meses; ii) os descontos de multas, juros e encargos que variam de acordo com o prazo de pagamento; iii) a possibilidade de utilização de saldo de prejuízos fiscais e da base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro na liquidação das multas e juros.

A distribuição por ano de vencimento das dívidas do não circulante é a seguinte:

Ano	31/12/2012	31/12/2011
2013		560
2014	640	560
2015	640	560
2016	640	560
2017 em diante	4.419	4.747
	<u>6.339</u>	<u>6.987</u>

Provisões

A Companhia discute judicialmente a legalidade de alguns tributos, bem como se defende de reclamações trabalhistas, autuações fiscais e previdenciárias na esfera administrativa e judicial e processos cíveis. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, mantém provisão para as perdas prováveis, consideradas suficiente para fazer face a eventuais perdas contingentes e obrigações previstas em lei, conforme demonstrado a seguir.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

As presentes Demonstrações Financeiras foram autorizadas para divulgação pela Diretoria da Companhia em 01 de março de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Base de preparação

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), com observância às disposições contidas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*).

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs e IFRS pela Companhia. Não houve impactos relevantes, no entanto, as principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs/IFRS, nas transações da Companhia, estão apresentadas na nota 23.

b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

c) Estimativas e premissas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras controladora e consolidado incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para devedores duvidosos, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social são: provisão para perda por impairment de imobilizado (Nota 10), impostos atidos diferidos (Nota 8 e 18), provisão para contingências (Nota 14), provisão para passivos ambientais (Nota 15) e provisão para recuperação da mina (Nota 16).

2.2 Consolidação

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

(ii) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com a visão de negócio da Diretoria-Executiva, responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Vide Nota 22 para obter maiores detalhes sobre as informações por segmentos.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Controles Internos**

a e b. A Ernst & Young Terco, auditora independente da Companhia, realizou os trabalhos de auditoria dos controles internos elaborado em conexão com o exame das Df's em 31 de dezembro de 2012, conduzido de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

A administração da Companhia é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a administração faz estimativa e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

Considerando os trabalhos realizados pelos auditores independentes para avaliar a estrutura de controles internos, que tem como objetivo garantir a adequação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia atualmente não tem conhecimento de fatos ou aspectos que possam indicar a presença de deficiências significativas ou fraquezas materiais nos controles internos sobre a divulgação das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.6. Destinação de recursos de ofertas públicas.**

A Cristal, controladora indireta da Companhia, apresentou à CVM, em 16 de dezembro de 2010, novo pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") por alienação do controle indireto da Companhia, nos termos do artigo 254-A da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM no. 361/02.

O objeto da OPA corresponde às 7.942.076 (sete milhões, novecentos e quarenta e dois mil, setenta e seis) ações ordinárias, em circulação no mercado, de emissão da Companhia, equivalentes a 0,98% do total das ações ordinárias, na medida em que estejam livres e desembaraçadas de ônus ou gravames de qualquer natureza, na data de liquidação financeira do leilão a ser realizado no âmbito da OPA. A CVM aprovou a oferta pública em 25 de maio de 2010, para a aquisição parcial de 18.197 ações ao preço de 0,20 que perfazem um total de R\$ 3.639,40 (em Reais).

O controle da Companhia é diretamente detido pela sociedade brasileira Millennium Inorganic Chemicals Holdings Brasil Ltda.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas DF's.

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentário s/ itens não relevantes.

Não há nenhum item relevante não evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia.